



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2020

Presidente

Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo

Deputados

Carlos Eduardo Melo Braga

Cláudio Manuel Pacheco Medeiros

António José de Braga Sousa

Bruno Furtado Moniz

Hélder Herculano Pimentel Medeiros

Maria Helena de Rodrigues e Ponte

Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro

André Filipe Vicente Mansinho

Alexandre Custódio Batista Câmara
Amaral

Bruno Miguel Arruda Machado

Séfora de Fátima Santos da Costa Correia

Zenaide Margarida Soares Henrique

Gilberto de Medeiros Caetano

João Alberto Carreiro de Medeiros Simas
Maria Paula Carvalho Dias Pimentel

Edgardo Costa Madeira

José Honorato de Sousa Medeiros

Emanuel Frias Santos

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

António José Santos Ponte

Dinarte José Resendes Sardinha

Maria da Conceição Frias Santos

Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte

Emanuel de Sousa Medeiros

Arménio Maurino Correia Jardim

José Eduardo Costa

Secretárias

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel

Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE SETEMBRO 2020 **ÍNDICE**

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

REGISTO DE PRESENÇAS

APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO UM - I N. 373/2020 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À HABITAÇÃO DEGRADADA.

PONTO DOIS - I Nº 612/2020 - PROPOSTA DA 4ª REVISÃO ORÇAMENTAL



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2020

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão Ordinária, a Assembleia Municipal, sob a presidência da senhora Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo, secretariada pela senhora Maria Paula Carvalho Dias Pimentel e pela senhora Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte, respetivamente na qualidade de primeira e segunda secretária da Mesa da Assembleia.-----

A Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão eram 20 horas. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

Registo de Presenças

Seguidamente foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes daquele órgão, verificando-se a presença de todos os elementos.-----

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel Amaral Rodrigues, o Vice-Presidente, Carlos Melo Pimentel e os vereadores, Gonçalo Patrício Fontes Dias, Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Nélia Maria Silva Alves Guimarães e Arnaldo Manuel Guerreiro de Sousa. Não esteve presente a vereadora Sabrina Marília Coutinho Furtado.-----

Aprovação da ata anterior

Foi submetida a apreciação e votação a ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 27 de fevereiro de 2020, sendo a mesma aprovada por unanimidade.-----

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS:

Seguiu-se a visualização, por todos os membros da Assembleia, de um vídeo sobre a vistoria realizada ao emissário submarino e apresentação de gráficos demonstrativos sobre a qualidade da água costeira, em todo o concelho de Vila Franca do Campo. De seguida o Presidente da Câmara, no uso da palavra conferida, teceu algumas considerações sobre o apresentado e, nesse sentido, referiu que esse ano não tinha havido qualquer controlo sobre a população de gaivotas no Ilhéu da Vila. Com a pandemia não se tinha dirigido ninguém ao ilhéu e, por isso, as gaivotas que ali tinham nidificado procriaram todas. Acrescentou que era incompreensível a divulgação de vídeos, por vila-franquenses, a especular sobre um problema que carecia de validação. Referiu que tinha havido um problema relacionado com a Praia do Corpo Santo, mas que fora detetado que estava a ser esclarecido, considerando que tinha sido provocado por maldade. Continuou referindo que Vila Franca do Campo tinha sido considerada um dos melhores destinos para passar férias e que as águas que banhavam a sua costa eram de boa qualidade. Arrematou referindo que, se houvesse algum problema, a Câmara assumiria e trataria imediatamente de arranjar a solução. -----

Solicitou o uso da palavra o membro da Assembleia Helder Medeiros que congratulou o executivo sobre a asfaltagem dos vários troços na freguesia de Ponta Garça. Louvou não só a ação da



Câmara como também a do Presidente da Junta, José Eduardo Costa, que acompanhou a obra esperada sensivelmente alguns dez anos. Relativamente à apresentação feita referiu que urgia resolver o problema. Referiu que a gestão do Ilhéu, por parte do Governo Regional, era desadequada e deficitária e que aquele estaria melhor entregue à gestão camarária. Relativamente à qualidade das águas ou ao que a ela se relacionava, referiu que foram avistadas várias manchas de material fecal sólido do qual não se soube a proveniência e, pela visualização que se tivera do vídeo, não saía do emissário qualquer material sólido. Contudo, arrematou dizendo que elas existiram considerando que testemunhou o facto. De seguida, referiu que Vila Franca do Campo sempre tivera problemas de escoamento de matéria e que as estações elevatórias estavam obsoletas para albergar/tratar as águas residuais e preocupava-lhe não entender de onde aqueles resíduos fisiológicos tinham vindo. Finalizou referindo que o mais importante seria descobrir a proveniência e resolver o assunto e apostar no saneamento em algumas zonas do concelho. -----

O membro da Assembleia Municipal Bruno Machado, solicitando o uso da palavra e relativamente ao sucedido na Praia das Dias/ Corpo Santo, questionou o Presidente da Câmara sobre o facto de que, assumindo que tinha havido mão criminosa, a Câmara Municipal teria tomado alguma medida relativamente a essa suspeita. Mencionou que o Verão estava no fim e os acontecimentos relatados tinham dado origem a muita especulação. Arrematou que os vila-franquenses gostavam muito da sua terra e nunca tinham de deixado de questionar as autoridades sobre a resolução daquele problema. Referiu que o Ilhéu tinha ficado interdito várias vezes e aquele era o cartaz de visita do concelho, pelo que, urgia resolver o problema junto do Governo Regional. -----

Solicitou o uso da palavra o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Emanuel Medeiros, que referiu que tudo o que tinha sido dito ou feito nas redes sociais resumia-se ao facto de os vila-franquenses gostaram muito da sua terra e, pelo facto, de quererem ter garantias de que poderiam frequentar as praias com segurança. Acrescentou que não tinha havido uma intervenção atempada/convincente de que o problema residia num foco. Referiu que as imagens valiam o que valiam e que tinham sido concedidas pela Câmara Municipal. Referiu que não tinha sido uma entidade convincente/ independente a fazer o trabalho de inspeção. Referiu ser natural a suspeita das pessoas sobre um possível mau funcionamento do emissário submarino e alertou que muitas pessoas com filhos pequenos tinham deixado de frequentar as praias porque as análises feitas não ofereciam garantias de qualidade das águas. Questionou Presidente da Câmara sobre qual tinha sido a entidade que tinha apurado que o problema estava relacionado com as gaivotas. Salientou que deveria ser uma entidade independente a analisar o problema e o questionou o Presidente da Câmara sobre o que estaria a ser feito para contrariar as suspeições. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, Flávio Pacheco, agradeceu ao Presidente da Câmara os dados oficiais disponíveis para explicar o que se tinha passado. Referiu que o Verão tinha sido de facto atípico, não só pela pandemia como também pela situação vivida no concelho e que se prendia com o problema na qualidade da água. Salientou que, pelo que se pôde constatar, não havia problemas com as águas de Vila Franca do Campo e isso tinha sido demonstrado pelas análises efetuadas, quer pela Câmara Municipal quer pelo Governo Regional. Nesse ponto excetuava-se a água da Praia do Corpo Santo, suspeita de mão criminosa, e a do Ilhéu, por contaminação das gaivotas. Referiu também que em todas as reuniões em que se abordava o tema



“ emissário submarino” o Presidente da Câmara convidava os presentes a visitar o emissário e ninguém teria ido ou se importado. Continuou dizendo que a afirmação de que as águas costeiras do concelho tinham problemas era mau, considerando que as análises eram excelentes e apelou à responsabilidade na apresentação de afirmações que careciam de averiguação. Referiu que havia a obrigação moral de expor toda a verdade aos vila-franquenses e quando se tinha achado que se deveria fechar as praias e ilhéu à população fechou-se. Tudo o que dependia da Câmara Municipal tinha sido feito. A Câmara como entidade responsável tinha feito tudo o que estava ao seu alcance.--

Solicitou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia da Água D’Alto, Emanuel Santos, que disse mostrar-se surpreendido que, após a apresentação das análises e a visualização do vídeo sobre o emissário, o grupo eleito pelo partido PPD/PSD continue a pensar que a contaminação das águas tinha origem humana. Referiu que as águas que banhavam o concelho eram excelentes e que as bactérias humanas existentes eram as mínimas aceitáveis em qualquer lugar não constituindo, desse modo, qualquer tipo de problema. -----

Solicitou a palavra o membro da Assembleia Hélder Medeiros para referir que urgia esclarecer a proveniência da matéria fecal detetada e que descarga tinha originado o seu aparecimento.-----

Solicitou novamente a palavra o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Emanuel Medeiros, para referir que deveria ter sido uma entidade competente nomeadamente a inspeção do ambiente quem deveria ter feito a vistoria para evitar suspeições. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra, agradeceu as palavras proferidas pelo deputado da Assembleia Municipal, Hélder Medeiros, sobre a asfaltagem dos caminhos da freguesia de Ponta Garça e relativamente à restante explanação teceu algumas considerações nomeadamente sobre a existência de um grande número de gaiotas no Ilhéu da Vila e de que forma a pandemia tinha limitado a ação humana no controlo daquela população. Referiu que as análises às águas triplicaram esse ano e que o parâmetro “ <15” de material fecal era um resultado excelente em análises daquele tipo. Frisou que não havia problema em nadar/beber água naquelas condições. Voltou a frisar que o grau de segurança seria sempre o “ <15”. Quanto à gestão do ilhéu referiu que a Câmara Municipal não teria qualquer problema em interferir na gestão daquela reserva. No entanto, esclareceu que nem a Câmara Municipal nem o Governo Regional tinham tido qualquer tipo de culpa no sucedido. Frisou que se tratara de um acidente sem intervenção humana. Explicou que o material fecal sempre existira na água e que sempre existiria. A preocupação deveria estar centrada sempre no nível de concentração daquela matéria. Quanto à suspeita de mão criminosa sobre o sucedido na Praia das Dias/ Corpo Santo, referiu que se estavam a reunir dados para uma posterior denúncia, lembrando que havia um prazo legal de 6 meses para aquela se poder concretizar. Arrematou mencionando que todas as análises estavam publicadas nas praias e página de *facebook* da Câmara Municipal e que tinha sido sempre divulgado o que se sabia. Relativamente às filmagens do emissário submarino esclareceu que tinham sido convidadas entidades habilitadas para as filmagens e que tinha ganho o concurso aquela que apresentara melhores condições. As filmagens tinham sido realizadas através de um concurso e não tinha sido a câmara, por iniciativa própria, a efetuar as filmagens apresentadas. Ainda no seguimento dessa intervenção, mencionou que a Câmara Municipal poderia disponibilizar as filmagens para uma apreciação sobre a veracidade das mesmas.



Finalmente referiu que o emissário submarino funcionava de acordo com um procedimento estipulado e que eram aplicadas umas enzimas para o tratamento dos resíduos. Referiu, uma vez mais, que tinha sido dirigido um convite aos vereadores da oposição para visitar o emissário, considerando que tinha entendido que os mesmos não entendiam como aquela estação funcionava. Disse que duvidar de laboratórios credíveis era considerado uma “barbárie” e referir e insistir em ideias falaciosas era falta de entendimento. Mencionou que podia haver variadíssimas causas para o aparecimento das manchas e referiu que não se podia especular sobre o que não se conhecia. O resultado das análises era do conhecimento de todos, decorridos dois meses após a colheita de amostras e, depois da vistoria ao emissário tinham tomado conhecimento que aquele estaria em bom funcionamento. As imagens do vídeo eram verdadeiras porque foram os resultados decorrendo de um concurso público. Arrematou referindo que existia uma boa gestão do Ilhéu e que dali a dias seria comunicado um plano de intervenção conjunta entre a Câmara Municipal e o Governo Regional para resolver a situação. Alertou os presentes que não fossem esquecidas as ribeiras que iam desaguar no mar e que, por esse motivo, deveriam ser alvo de suspeita e era urgente tratar dessa situação. Terminou dizendo que as suspeitas e as denúncias feitas nas redes sociais eram falsas e sem fundamento e sugerir causas falsas era denegrir a imagem de Vila Franca do Campo.-----

Solicitou a palavra o membro da Assembleia Hélder Medeiros que apresentou uma proposta para votação que abaixo se transcreveu, e que foi uma Recomendação ao Executivo Camarário. -----

“Voto de Recomendação

Considerando os episódios recentes que ensombraram a imagem de Vila Franca do Campo nos diversos meios de comunicação social e qualidade das águas balneares durante o verão de 2020;

Considerando a falta de informação sobre o estado de funcionamento e capacidade das estações elevatórias e estruturas adstritas ao saneamento básico do concelho de Vila Franca do Campo;

A Assembleia Municipal, no uso das competências legais que lhe são cometidas, por iniciativa do Grupo Municipal do PSD, recomenda ao executivo camarário:

1 - Que a Câmara Municipal oficie o Laboratório Regional de Engenharia Civil para efetuar um levantamento/peritagem sobre o estado de funcionamento das estações elevatórias, com menção da sua capacidade atual no tratamento dos respetivos caudais;

2 - A identificação das vias de escoamento de águas pluviais e sanitárias não tratadas ou não acolhidas nas respetivas estações e seu destino.”

Solicitou a palavra o presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Emanuel Medeiros, que disse que o PSD não tinha solicitado o fecho das praias e que, sobre o sucedido na praia das Dias/Corpo Santo, tinha sido divulgado na comunicação social, pelo Presidente da Câmara, que tal ato tinha sido decorrente das obras realizadas por um empreiteiro de construção civil e não por vandalismo. -----



Solicitou a palavra o Presidente da Câmara que esclareceu que o sucedido na praia das Dias/ Corpo Santo foi a destruição de uma tampa de estação elevatória que da forma como foi feita decorreu de uma ação criminosa. Informou que não podia dar a entender a suspeita para que não houvesse dificuldades em recolher os dados necessários para formalizar a queixa. Sobre a recomendação apresentada disse que, tratando-se de um formalismo, deveria ser entregue na mesa. -----

Colocada a votação a proposta de opinião, obteve-se da bancada do PS a votação contra e da bancada do PSD, a Favor. Abstenção Bruno Machado.-----

Solicitou a palavra o membro da Assembleia Hélder Medeiros que apresentou a declaração de voto que abaixo se transcreveu.-----

“Declaração de Voto

É com surpresa que se assiste ao chumbo do voto de recomendação pelo Grupo Municipal do PS, o que põe a nu a demagogia imprimida nos discursos que ocuparam a última hora.

É fácil dizer que a oposição fala sem saber, que não estuda, que não sabe do que fala, mas quando a mesma oposição, reverenciando-se ao conselho dado, recomenda transparência, informação e o estudo tão aconselhado pela bancada socialista, veiculado por entidade independente, tal desejo é chumbado. Nada mais se pode entender a não ser a velada atitude de esconder a realidade do saneamento das águas residuais do concelho, no que concerne ao seu estado de funcionamento e capacidade operativa.”

Solicitou a palavra o membro da Assembleia Municipal Edgardo Madeira que chamou a atenção para a fraca iluminação existente no Largo do Infante. Existiam sítios mal iluminados que seria de todo o interesse iluminar. Referiu que junto ao cemitério existia um passeio muito largo que servia de estacionamento e que estava em muito mau estado. Outro aspeto a ter em conta seriam os fontenários. Estavam degradados e havia todo o interesse, cultural e arquitetónico, em recuperá-los.

O Presidente da Câmara, no uso da palavra concedida, esclareceu que a iluminação estava a ser reformulada e relativamente aos passeios referiu que a Câmara estava a tratar desse assunto e, nesse sentido, a estava a trabalhar para a recuperação dos mesmos. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM - I N. 373/2020 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À HABITAÇÃO DEGRADADA.

Foi presente à sessão a Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal de Apoio à Habitação Degradada.-----

O Presidente da Câmara, sobre esse ponto, esclareceu que se tratava de uma alteração ao regulamento e que consistia numa maior abertura ou maior possibilidade de um maior número de pessoas poderem aceder/ candidatar-se aos apoios à habitação degradada.-----



Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DOIS - I N° 612/2020 - PROPOSTA DA 4ª REVISÃO ORÇAMENTAL

Foi presente à sessão a Proposta da 4ª Revisão Orçamental. -----

Solicitando o uso da palavra, o Presidente da Câmara referiu que contemplaria a ampliação do parque industrial; a compra de uma casa para pessoas carenciadas e o arrendamento de um parque de estacionamento. -----

O Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Emanuel Medeiros, no uso da palavra concedida, referiu ter tido a esperança de ver na revisão orçamental a contemplação dos projetos idealizados para a freguesia da Ribeira Seca e que se prendiam essencialmente com a realização do parque de estacionamento em espinha, em São João; o parque de estacionamento no lado norte; a pavimentação da rua da autonomia e a aquisição das terras na rua nova para a concretização de um parque de estacionamento.-----

Relativamente ao exposto o Presidente da Câmara referiu que volvidos os quatro anos de legislatura seria efetuado o balanço.-----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo outros assuntos a tratar e sendo 22horas e 28 minutos, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Maria Paula Carvalho Dias Pimentel, Secretária da Mesa da Assembleia, a mandei escrever e subscrevo. -----

Declaro ainda que a presente ata contém oito folhas. -----

-

A Presidente da Assembleia Municipal

Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo

A 1.ª Secretária

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel